



***UM OLHAR SOBRE NATASHA EM “SEGUNDA CHAMADA”:
APROXIMAÇÕES ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE DE ESTUDANTES
TRAVESTIS DA EJA***

***UNA MIRADA A NATASHA EN “SEGUNDA LLAMADA”:
APROXIMACIONES ENTRE FICCIÓN Y REALIDAD DE ESTUDIANTES
TRAVESTILES DE EJA***

***A LOOK AT NATASHA IN “SECOND CALL”: APPROXIMATIONS
BETWEEN FICTION AND REALITY OF TRANSVESTILE STUDENTS AT EJA***

Josinaldo Monteiro da Silva¹

Joseval dos Reis Miranda²

RESUMO

O ensino-aprendizagem significativo na Educação de Jovens e Adultos (EJA) precisa ser desenvolvido considerando as especificidades e os saberes prévios de seu público, além do respeito à diversidade sexual. Nesse sentido, este trabalho tem, como objetivo, estabelecer aproximações entre os problemas vivenciados pela personagem travesti Natasha, da série televisiva *Segunda Chamada*, e a literatura sobre estudantes travestis e transexuais dessa modalidade de educação a fim de compreender os desafios emergentes de uma prática pedagógica na EJA que ajude na formação cidadã das pessoas LGBTQIA+. Para tanto, adotamos como metodologia a Análise de Conteúdo de caráter qualitativo. Ademais, fundamentamos nosso trabalho nas reflexões de teóricos/as que discutem EJA, gênero e sexualidade, entre eles/as Jardimino e Araújo (2014), Peres (2009), etc. Por meio deste estudo, verificamos que as situações vivenciadas pela personagem Natasha assemelham-se às experiências de vida de pessoas LGBTQIA+ que fazem parte da EJA no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Diversidade sexual. *Segunda Chamada*. Travesti.

RESUMEN

Es necesario desarrollar una enseñanza-aprendizaje significativa en Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) considerando las especificidades y conocimientos previos de este público, además del respeto a la diversidad sexual. En este sentido, este trabajo

¹ Especialista em Gênero e Diversidade na Escola. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

² Doutor em Educação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

pretende estabelecer conexiones entre la problemática que vive el personaje travesti “Natasha”, de la serie de televisión “Segunda Chamada”, y la literatura sobre estudiantes travestis y transexuales de este tipo de educación, con el fin de comprender la Desafíos emergentes de una práctica pedagógica en la EJA que coadyuva en la formación ciudadana de personas LGBTQIA+. Para ello, adoptamos como metodología el Análisis de Contenido cualitativo. Además, basamos nuestro trabajo en las reflexiones de teóricos que discuten EJA, género y sexualidad, incluidos Jardimino y Araújo (2014), Peres (2009), etc. A través de este estudio, verificamos que las situaciones vividas por el personaje “Natasha” son similares a las experiencias de vida de las personas LGBTQIA+ que forman parte de EJA en Brasil.

PALABRAS-CLAVE: Educación de Jóvenes y Adultos. Diversidad sexual. *Segunda Convocatoria*. Travestido.

ABSTRACT

Meaningful teaching-learning in Youth and Adult Education (EJA) needs to be developed considering the specificities and prior knowledge of this audience, in addition to respect for sexual diversity. In this sense, this work aims to establish connections between the problems experienced by the transvestite character “Natasha”, from the television series “Segunda Chamada”, and the literature on transvestite and transsexual students of this type of education, in order to understand the emerging challenges of a pedagogical practice at EJA that helps in the citizenship training of LGBTQIA+ people. To this end, we adopted qualitative Content Analysis as a methodology. Furthermore, we base our work on the reflections of theorists who discuss EJA, gender and sexuality, including Jardimino and Araújo (2014), Peres (2009), etc. Through this study, we verified that the situations experienced by the character “Natasha” are similar to the life experiences of LGBTQIA+ people who are part of EJA in Brazil.

KEYWORDS: Youth and Adult Education. Sexual diversity. *Second Call*. Transvestite.

Introdução

Pensar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como nas demais modalidades e níveis de ensino, é pensar em diversidade – diversidade de faixa etária, sexual e de gênero, de histórias, vivências e de propósitos pessoais. Trata-se de uma modalidade permeada por lutas e resistências frente à falta de investimentos e de políticas públicas adequadas, que assegurem a permanência dos sujeitos na escola, além do respeito mútuo às diferenças. Como afirma Arroyo (2005, p. 20), “a configuração da EJA como um campo específico de responsabilidade pública do Estado é, sem dúvida, uma das frentes do momento presente”. Daí a necessidade de discutir a EJA a partir de uma orientação que garanta a inclusão das temáticas referentes à diversidade sexual.

Assumindo tal perspectiva, selecionamos a série televisiva *Segunda Chamada*³ porque ela faz parte dos diferentes artefatos culturais que contribuem para a educação das

³ Série televisiva apresentada pela TV Globo em 2019.

pessoas, fazendo-as refletir sobre suas ações à medida que a trama envolve, entre outros temas, adversidades vivenciadas por uma estudante travesti na turma da EJA.

A leitura da série se dá em função da seguinte problemática: quais as dificuldades enfrentadas pela personagem travesti Natasha que dialogam com a literatura sobre estudantes travestis e transexuais⁴ da EJA? Isto posto, o objetivo geral deste trabalho é estabelecer relações possíveis entre as dificuldades enfrentadas pela personagem travesti Natasha, na fictícia turma da EJA, e a literatura sobre discentes travestis e transexuais que fazem parte desta modalidade de educação.

Importa enfatizar que partimos da premissa de que observaríamos cenas de *bullying*⁵, discriminação e transfobia⁶ na série, uma vez que tais fatos são presentes na realidade vivida por estudantes transexuais e travestis no Brasil. Para estudar os problemas destacados na série, dialogamos com Bento (2017), Peres (2009), entre outros/as. Assim, descrevemos o perfil da personagem, destacamos algumas de suas dificuldades enfrentadas na fictícia turma da EJA em decorrência da sua identidade de gênero, que se refere à identificação das pessoas com configurações de masculinidade e feminilidade, e discutimos, à luz da literatura sobre gênero e sexualidade, os dilemas vivenciados por ela.

Com isso, apresentamos, inicialmente, algumas considerações sobre os sujeitos da EJA e a diversidade sexual, destacando elementos importantes que nos ajudam a compreender os aspectos que fazem parte desta modalidade de educação. Logo em seguida, analisamos algumas cenas de *Segunda Chamada* por meio da triagem de trechos dos diálogos (falas discriminatórias e/ou transfóbicas), bem como observação dos desdobramentos da narrativa e do comportamento das personagens.

Os sujeitos da EJA e a diversidade sexual

Os sujeitos de quaisquer processos educativos possuem especificidades que devem ser respeitadas, bem como saberes prévios que precisam ser aproveitados. Nesse contexto, vale ressaltar que a EJA configura-se como uma importante modalidade de

⁴ “São pessoas que rompem com a sequência sexo-gênero-sexualidade definida pela heteronormatividade” (Carvalho; Andrade; Junqueira, 2009, p. 45). Logo, uma mulher trans ou um homem trans é uma pessoa que rompe com essa barreira e reivindica uma identidade de gênero e/ou sexual que difere daquela que lhe foi atribuída em seu nascimento.

⁵ Segundo Porfírio (s/a, s/p), *bullying* “[...] designa atos de agressão e intimidação repetitivos contra um indivíduo que não é aceito por um grupo [...]”.

⁶ De acordo com Peres (2009, p. 245), transfobia é o “[...] medo, nojo e vergonha de se relacionar com travestis, transexuais e transgêneros” que se desdobram em atos de discriminação e/ou violência contra esses grupos.

ensino capaz de promover novas formas de aprendizagem significativa, de maneira que as pessoas possam desenvolver diferentes habilidades e competências cognitivas. Isto ocorre na medida em que a EJA possibilita a continuidade do processo de aquisição de saberes e formação cidadã daqueles/as que, por algum motivo, tiveram que abandonar seus estudos durante as etapas regulares e obrigatórias da educação básica, interrompendo, nesse caso, o processo de escolarização garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Em vista disso, a diversidade sexual é um aspecto que também deve ser contemplado nas práticas educativas das turmas da EJA, haja vista que a população de jovens, adultos/as e idosos/as LGBTQIA+ constituem um dos grupos historicamente excluídos do processo de escolarização. Daí a importância de assegurar, na EJA, uma prática pedagógica capaz de romper com a barreira da exclusão e de promover o respeito mútuo às diferentes expressões da sexualidade humana, além de contribuir para a aprendizagem libertadora e a visibilidade dos sujeitos. Afinal, a educação, assim como rege a lei⁷, é um direito de todos/as.

É importante destacar que algumas pesquisas têm mostrado o elevado índice de violências contra este grupo, além de evidenciarem o desconforto dos/as discentes em terem colegas dissidentes da norma binária de gênero que é um modo de pensar e dividir o gênero em dois, sendo masculino e feminino, sem considerar a diversidade de possibilidades e pluralidades de identidades (Carvalho; Andrade; Junqueira, 2009). O Atlas da Violência (2021) e o Relatório de Mortes Violentas de LGBTQIA+ no Brasil (2020), por exemplo, indicam-nos que 58% dos assassinatos de pessoas LGBTQIA+ referem-se a transexuais. Além disso, a pesquisa realizada pela socióloga Miriam Abramovay, publicada em 2015, revela-nos que 19,3% dos/as estudantes do Ensino Médio Regular, da EJA e do ProJovem Urbano não desejam ter como colegas de turma pessoas travestis e transexuais. Como afirmam Jardimino e Araújo (2014),

[...] as instituições que oferecem turmas de EJA têm sido crescentemente procuradas por um público heterogêneo, cujo perfil vem mudando, a cada ano, em relação a idade, gênero, expectativas e comportamentos. Em geral, são alunos já inseridos no mercado de trabalho ou que nele ainda esperam ingressar; que não visam apenas à certificação para manter sua situação

⁷ O art. 5º da LDBEN indica que “O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)”.

profissional, mas esperam chegar ao Ensino Médio ou à universidade, a fim de ascender social ou profissionalmente (Jardilino; Araújo, 2014, p. 164).

Diante da assertiva acima, percebemos que a heterogeneidade do público da EJA, bem como suas expectativas em relação ao sucesso profissional e à melhoria das condições de vida, são elementos que precisam ser considerados pelos/as professores/as. É importante, pois, que os/as docentes estabeleçam uma relação coerente entre os conteúdos do currículo oficial e as experiências dos/as educandos/as, de modo que eles/as sintam-se desafiados/as a construir aprendizagens significativas, atribuindo sentido àquilo que é ensinado na sala de aula.

Nesse contexto, compreendemos que o acesso e a permanência de estudantes LGBTQIA+ na EJA estão diretamente relacionados à superação dos binarismos mulher/homem e heterossexual/homossexual, de maneira a desconstruir a premissa de que a sociedade está dividida exclusivamente entre homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais. Tal desafio passa pela reconstrução dos currículos, reformulação das práticas educativas normatizadoras e por políticas públicas educacionais eficazes e não excludentes.

Ademais, discutir as questões referentes à diversidade sexual na EJA é uma das estratégias de denúncia contra discursos segregacionistas e LGBTfóbicos, assim como uma maneira de desnaturalizar práticas discriminatórias/preconceituosas a fim de contribuir para a visibilidade, o respeito e o empoderamento dos grupos dissidentes da normatização binária e sexual. Afinal, os sujeitos da EJA são indivíduos historicamente excluídos e marginalizados socialmente, sendo, portanto, impedidos de acessarem os bens culturais de forma profícua – o que lhes dificulta uma participação ativa nos diferentes contextos sociais (Arroyo, 2005). A situação é agravada quando se trata de estudantes LGBTQIA+ que participam da EJA, na medida em que eles/as não se sentem seguros/as nos espaços escolares. No próximo tópico, apresentamos os procedimentos metodológicos.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada neste trabalho é a análise de conteúdo estruturada nas orientações de Bardin (2016), uma vez que elas indicam que tal instrumento metodológico possibilita-nos assumir uma postura de *voyeur* e revelar o que está oculto nas entrelinhas das diferentes linguagens.

O texto analisado pertence ao gênero televisivo/série. Nesse caso, assistimos a primeira temporada de *Segunda Chamada*, que é composta por 11 episódios produzidos pela O2 Filmes e exibidos pela Rede Globo no ano de 2019. Nosso intuito foi estudar as dificuldades enfrentadas pela personagem travesti Natasha em decorrência de sua identidade de gênero. Convém enfatizar que a série possui duas temporadas. A segunda temporada, porém, com 6 episódios, foi disponibilizada, em 2021, apenas no *streaming Globoplay*. Escolhemos assistir somente a primeira temporada em razão da presença da personagem travesti e das situações que fazem parte de seu cotidiano.

Ademais, utilizamos, como critérios de observação das cenas, o discurso – tido como um conjunto de enunciados cuja representação é construída culturalmente, formando os sujeitos e estruturando as relações de poder (Foucault, 2012) –, além das atitudes discriminatórias e/ou transfóbicas das personagens diante de Natasha.

Com o intuito de sistematizar nossa pesquisa, utilizamos, como unidade de contexto, a série televisiva *Segunda Chamada* e, como unidades de registro, algumas cenas em que aparece a personagem travesti Natasha, especificamente as cenas do episódio 1, por apresentarem uma síntese de situações discriminatórias e/ou transfóbicas. Além disso, *a priori*, para uma melhor análise e compreensão dos dados, definimos as seguintes categorias: o nome social, o banheiro social e a sala de aula, utilizando, neste caso, o critério temático. Na próxima seção, trazemos algumas questões presentes na série televisiva *Segunda Chamada* à luz da personagem travesti Natasha.

***Segunda Chamada*: há práticas educativas inclusivas que garantam o acesso e a permanência das travestis na EJA?**

A primeira temporada da série televisiva *Segunda Chamada*, produzida pela O2 Filmes e exibida pela Rede Globo em 2019, retrata o cotidiano de alunos/as e professores/as da EJA que fazem parte da fictícia Escola Estadual Carolina Maria de Jesus, situada no subúrbio de São Paulo. A história mostra a resistência dessas pessoas frente à precariedade da infraestrutura escolar, além de outras adversidades, como, por exemplo, gravidez na adolescência, drogas, porte de arma ilegal, transfobia, assassinato, etc.

O enredo de *Segunda Chamada* nos leva a refletir sobre os malefícios ocasionados pela fragilidade das políticas públicas educacionais – como o currículo normalizador, que desconsidera a realidade dos/as estudantes. Isto gera uma barreira ao desenvolvimento de uma prática educativa que, de fato, garanta um ensino inclusivo, uma aprendizagem

libertadora e o respeito mútuo à diversidade dos/as discentes da EJA, bem como nos permita perceber as especificidades de cada sujeito e suas questões, as quais podem atrapalhar o acesso e permanência na escola. Neste cenário, destaca-se a personagem Lúcia, uma professora que viveu uma experiência traumática devido à morte prematura de seu filho. Desde então, convidada pelo diretor da escola, ela decide dedicar-se ao ensino humanizado e qualitativo de seus/as discentes, prometendo para si mesma nunca mais desistir de um/a estudante.

As atitudes da professora demonstram o quanto é essencial o compromisso dos/as profissionais da educação com o desenvolvimento profícuo, a aprendizagem qualitativa, a promoção do respeito à diversidade e à autonomia dos sujeitos que compõem a EJA. Do contrário, possivelmente haverá um elevado índice de evasão escolar, principalmente das pessoas LGBTQIA+, que podem não sentir segurança nas instituições educativas, sendo desrespeitadas no próprio ambiente educacional.

A partir destas conjecturas, nosso olhar recai sobre a personagem Natasha, que é uma jovem travesti negra, de personalidade forte, extrovertida, de classe social baixa, residente na periferia de São Paulo e que trabalha como cobradora em um ônibus, cujo sonho é concluir a educação básica e, posteriormente, ingressar no ensino superior para tentar superar a exclusão social da qual é vítima e ter uma profissão que lhe ajude a conseguir um emprego capaz de melhorar sua condição de vida. Afinal, de acordo com Bento (2017, p. 234), “o processo de exclusão das pessoas transexuais começa muito cedo. Quando as famílias descobrem que o filho ou a filha está se rebelando contra a ‘natureza’”. Logo, para corrigir este “desvio”, em uma sociedade que é estruturalmente transfóbica, costuma-se adotar a violência em relação às pessoas transexuais.

Um outro dado alarmante é que, “[...] geralmente, entre os 13 e 16 anos, as pessoas transexuais fogem de casa e encontram na prostituição o espaço social para sobrevivência financeira e construção de redes de sociabilidade” (Bento, 2017, p. 234). Face a tal realidade, a personagem enxerga na educação a possibilidade de transgredir o “destino” comumente relacionado às pessoas transexuais. A seguir, discutimos as principais categorias analisadas na série: o nome social, o uso do banheiro e a sala de aula.

O nome social

O uso do nome social configura um notável elemento de (re)afirmação das identidades de gênero das pessoas travestis e transexuais na medida em que lhes possibilita um tratamento condizente com sua expressão de gênero. Outrossim, o nome

social representa um relevante direito conquistado por estas pessoas, tendo sido assegurado pelo Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, promulgado no governo da presidenta Dilma Rousseff. No Art. 6º do referido Decreto, regulamenta-se:

Art. 6º. A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2016).

Este decreto simboliza um considerável avanço na conquista dos direitos do público travesti e transexual ao passo que contribui para a diminuição de situações constrangedoras, as quais são vivenciadas por tais pessoas nos mais variados contextos sociais. Convém destacar que, de acordo com York (2020, p. 16), “o direito ao nome, civil retificado ou social, ainda segue o campo da conquista pelo uso”. Nesse ínterim, cabe a ressalva de que a escola exerce um importante papel no processo educativo de respeito ao uso do nome social por travestis e transexuais, bem como na eliminação de situações vexatórias.

Isto posto, direcionamos nossa atenção, nesse momento, à personagem Natasha, interpretada pela atriz e cantora travesti⁸ Linn da Quebrada. Coincidentemente, a personagem também é uma travesti e faz parte da turma da EJA da fictícia Escola Estadual Carolina Maria de Jesus. Nas primeiras cenas do primeiro episódio, precisamente entre 03min39s e 3min52s, vemos Natasha conversando com uma amiga no pátio da escola enquanto um grupo de rapazes está brincando com uma bola. De repente, um deles chuta a bola em direção a ela e diz “Segura essa, Robson!”. No mesmo instante ela o rebate, afirmando “Você é idiota, cara? Meu nome é Natasha!”. Percebemos, neste trecho, o desrespeito com o nome social da personagem, além do *bullying* transfóbico que costuma assolar a vida de pessoas travestis e transexuais na realidade escolar brasileira. Sobre esta tensão, Peres (2009) destaca:

A intensidade da discriminação e do desrespeito aos quais as travestis são expostas nas escolas em que desejam estudar leva, na maioria das vezes, a reações de agressividade e revolta, ocasionando o abandono dos estudos ou a expulsão da escola, o que conseqüentemente contribui para a marginalização, pois bem sabemos da importância dada aos estudos e à profissionalização em nossa sociedade (Peres, 2009, p. 245).

⁸ Conforme Peres (2009, p. 236), “são pessoas que se identificam com a imagem e o estilo feminino, apropriando-se de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, quer por meio da ingestão de hormônios, quer através da aplicação de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses”.

Diante desta assertiva, entendemos que pessoas travestis e transexuais estão mais expostas às discriminações de gênero na escola uma vez que suas identidades de gênero fogem do binarismo de gênero. Este fato culmina na baixa autoestima e, conseqüentemente, no desinteresse em continuar frequentando a escola.

Portanto, ao repreender o colega de turma por chamá-la com um nome que não condiz com sua expressão de gênero, Natasha traz à tona o desconforto comumente vivido por pessoas transgressoras das normas de gênero que desejam ser tratadas pelo nome social, evidenciando uma violação de direitos. Desta maneira, é indispensável que os indivíduos respeitem a adoção do nome social nas diferentes esferas sociais para que se evite a contínua disseminação de preconceitos. Ainda que as experiências vivenciadas por estudantes travestis e transexuais nos espaços escolares não se restrinjam exclusivamente ao *bullying* e à discriminação, dado que a escola possibilita a ressignificação dos estereótipos, de conceitos hegemônicos, bem como a construção e reafirmação identitária, optamos por destacar as cenas discriminatórias, a fim de reiterar os malefícios que provocam na vida dos/as sujeitos/as dissidentes, além de reforçarem a estrutura do sistema patriarcal machista.

O uso do banheiro

O uso social do banheiro costuma ser um problema para as pessoas travestis e transexuais, tendo em vista que ele também é um espaço de poder, regularização dos gêneros, controle dos corpos e afirmação das identidades dominantes. Assim, a ida ao banheiro simboliza um paradoxo, uma vez que pode representar um refúgio para algumas pessoas e um local de angústia e sofrimento para aqueles sujeitos dissidentes da binarização de gênero.

Em uma outra cena do mesmo episódio de *Segunda Chamada*, exatamente entre 5min26s e 6min45s, vemos Natasha no banheiro masculino conversando com um colega de turma. Nesse instante, entram dois rapazes e um deles, que inclusive foi o mesmo que lhe havia chutado a bola na cena anterior, fala para o colega dela: “E aí, Michael Douglas, tá curtindo traveco agora?”. Michael Douglas fica constrangido e sai do banheiro. Natasha, porém, continua sendo ofendida pelo rapaz. Ela tenta enfrentá-lo, mas ele a agarra e força sua cabeça contra o vaso sanitário. Notamos aqui novamente um discurso transfóbico – tido este como um enunciado que ridiculariza travestis e transexuais, seguido da violência física. Esta cena, infelizmente, aproxima-se das experiências vivenciadas por travestis e transexuais na grande maioria das escolas brasileiras.

Peres (2009, p. 246) ratifica que “essas ocorrências da estigmatização e da discriminação, vividas por travestis, transexuais e transgêneros no ambiente escolar prejudicam a própria socialização dessas pessoas, que passam a ter um universo existencial bastante restrito”. Com isso, travestis e transexuais tendem a abandonar a escola e a procurar outras formas de sobrevivência na sociedade. Algumas acabam enveredando pela prostituição, haja vista que também sentem uma enorme dificuldade para conseguir empregos formais, reforçando-se a estigmatização social.

A partir dessa perspectiva, compreendemos ser essencial (re)pensar e (re)construir na EJA currículos e práticas pedagógicas excludentes que reforçam a padronização binária dos corpos e identidades, bem como a heterossexualidade hegemônica como única sexualidade “normal/natural”. A ideia é que a EJA promova um ensino que problematize essas questões, sem, contudo, excluí-las, estigmatizá-las, com vistas a conferir visibilidade e empoderamento aos corpos dissidentes e as diferentes identidades sexuais e de gênero.

Vale lembrar que o Brasil ainda é um dos países que mais mata travestis e transexuais. Segundo dados do Atlas da Violência (2021), foram registrados, entre os anos de 2018 e 2019, um total de 6.290 casos de violência física contra pessoas travestis e transexuais. Desse total, 58% corresponde às mulheres trans negras e 34% às mulheres trans brancas. Ou seja, notamos que as pessoas negras trans violentadas também constituem a maioria no grupo de pessoas transexuais. Convém destacar ainda que, de acordo com o “Relatório: observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil em 2020”, no ano de 2020 foram registradas, em nosso país, 113 mortes de travestis.

Os dados evidenciam o quanto a LGBTFobia ainda é um dos fatores que contribui para a violência contra indivíduos LGBTQIA+, bem como representa um considerável obstáculo na igualdade de direitos. Os corpos de travestis e transexuais são feridos de modo brutal e ridicularizados unicamente por serem aquilo o que desejam ser, por transgredirem as normas da heteronormatividade⁹ e do binarismo de gênero. Em vista de tal situação, o banheiro social também pode reforçar violências.

Como Natasha sentiu-se intimidada no banheiro masculino, decidiu frequentar o banheiro feminino. Contudo, logo na primeira tentativa, foi barrada por Jurema, colega sua de turma, que é evangélica. Na cena, que também faz parte do episódio 1, exatamente

⁹ De acordo com Carvalho, Andrade e Junqueira (2009, p. 20-21), “refere-se ao conjunto de valores, normas, dispositivos e mecanismos que definem e impõem a heterossexualidade como única forma natural e legítima da expressão identitária e sexual”.

entre 19min10s e 19min49s, ocorre o seguinte diálogo: “Meu filho, esse banheiro é das mulheres. O dos homens é ali”, disse Jurema, apontando para o banheiro ao lado. “Se eu entro lá agora, eu não sei nem se saio viva!”, argumentou Natasha. “Vai reclamar com a direção. Não sou obrigada a dividir banheiro com travesti!”, vociferou Jurema. “Me respeita, Dona Jurema!”, pediu Natasha. “Me respeita você, Robson!”, exigiu Jurema. “Quantas vezes eu vou ter que repetir que meu nome não é Robson? É Natasha!”. Constatamos, nesse discurso, mais um impasse enfrentado pelas pessoas travestis e transexuais: o uso do banheiro social está intrinsicamente relacionado à identidade de gênero e ao nome social, tendendo a reforçar o binarismo de gênero e as relações sociais de poder. Sobre essas questões, Andrade (2015) aponta:

Quando os/as alunos/as dizem, por exemplo [...] que o banheiro masculino ‘é mais apropriado’ [para a travesti] porque se ele [a travesti] usar o feminino ‘todo mundo vai pensar que ele [a travesti] é realmente mulher’ [...] estão se baseando nos princípios religiosos e nas tradições familiares do passado, estão oficializando a moral e os bons costumes, estão negando qualquer possibilidade de mudança, por isso as travestis são classificadas como imorais, como anormais, como portadoras de ‘maus costumes’ (Andrade, 2015, p. 191).

Esta argumentação evidencia uma visão estereotipada que algumas pessoas têm em relação às travestis e transexuais, corroborando o preconceito, a invisibilidade, o desrespeito e a negação de direitos. Tais atitudes baseiam-se no aparato biológico, ou seja, no pênis e na vagina como elementos estruturantes das identidades de gênero e, consequentemente, definidores das relações e dos papéis sociais dos sujeitos. Importa ressaltar que, segundo York (2009, p. 16), “[...] cidadãs de deveres e não de direitos, a presença trans/travesti em muitos espaços ainda é tida como uma ameaça à reiteração performática das normas que foram sendo naturalizadas socialmente”. Diante das questões expostas, salientamos a importância da escola como uma instituição capaz de promover práticas educativas que visem o respeito à diversidade, além de intervir em situações de desrespeito e violências.

Frente a essas problemáticas, a série televisa revela-se como um aparato midiático de potencialidade educativa, uma vez que pode estimular reflexões e debates profícuos que contribuam para a mudança de postura para os/as telespectadores/as e demais pessoas, de modo a instigá-los/as a lutarem contra as discriminações e injustiças vivenciadas por quem ousa transgredir as normas do sistema heteronormativo hegemônico.

Os discursos e os comportamentos expressos pela personagem Jurema – e por boa parte da sociedade – podem estar fundamentados naquilo que Furlani (2008, p. 23) definiu como uma abordagem de educação sexual que “[...] caracteriza-se pelo apego às

interpretações literais da Bíblia, usando o discurso religioso como uma ‘incontestável verdade’ na determinação das representações acerca da sexualidade ‘normal’”. A atitude da personagem Jurema em impedir que Natasha usasse o banheiro feminino revela o preconceito enraizado nas diferentes camadas sociais. O uso do banheiro pelas travestis e transexuais é uma tarefa que causa aflição, tendo em vista que elas podem sofrer humilhações e/ou violências em consequência da dissidência da identidade de gênero.

Cabe enfatizar que a professora Lúcia interviu no impasse descrito na cena supracitada, propondo, como solução, em um primeiro momento, que Natasha usasse o banheiro dos/as professores/as, de maneira a evitar atritos. Ainda que não fosse a melhor solução para o problema, esta atitude revela-nos o quanto os/as educadores/as são essenciais no processo educativo para o respeito à diversidade, a (res)significação de normas sociais excludentes e para o enfrentamento das situações de preconceitos, discriminações e opressões. Mesquita (2018) chama-nos a atenção ao afirmar:

Ao ignorar o direito da classe LGBTI usar os banheiros, percebe-se um tipo de preconceito ainda muito ignorado em nossa sociedade, seria a invisibilidade social em relação a essas pessoas. Invisibilidade essa que não se restringe só ao grupo daqueles que não se identificam com seu gênero, mas também a todos os que não se adequam aos padrões impostos pela sociedade (Mesquita, 2018, s/p).

A assertiva acima reitera a premissa de que o banheiro também representa um espaço de reafirmação da divisão binária de gênero em que os corpos são disciplinados e as identidades devem estar em consonância com o aparato biológico. Ao dizer que determinado banheiro é das mulheres, a personagem Jurema refere-se exclusivamente às mulheres cisgênero, por conseguinte, desconsidera que as mulheres transgênero podem utilizar o mesmo espaço. Reforçam-se, portanto, os padrões e as desigualdades nas relações sociais ao serem delimitados espaços que corpos com vagina e corpos com pênis devem ocupar/utilizar. Corroborando com essas questões, Mesquita (2018) ainda destaca:

Para muitas mulheres [cis] é difícil aceitar dividir o banheiro com alguém que ainda tenha órgão masculino, e a ideia de que tenham que trocar de roupa na frente de um indivíduo do sexo oposto causa estranhamento e medo. Seria para muitas algo que violaria sua intimidade e seu direito à privacidade (Mesquita, 2018, s/p).

O trecho citado dialoga diretamente com o comportamento da personagem Jurema, que se sentiu ameaçada pela presença da travesti no banheiro feminino pois não reconhecia a identidade de gênero da colega de turma como “natural/normal”. Ou seja, para ela, Natasha é um homem travestido que invade o espaço “sagrado” das mulheres

cisgênero que são pessoas que se identificam com o gênero feminino, que lhe foi designado em seu nascimento, associado ao sexo biológico/genitália (vagina).

A sala de aula: espaço de poder, construção e legitimação de identidades

Da mesma maneira que o banheiro, a sala de aula também é um significativo espaço de “política cultural”, poder, construção, legitimação e silenciamento de identidades. É um ambiente que fabrica subjetividades múltiplas. Contudo, dependendo das práticas educativas empregadas, apenas algumas serão legitimadas e valorizadas em detrimento daquelas que fogem do controle hegemônico dos corpos e da normatização das identidades de gênero.

Nesta ótica, pensar as salas de aula como um local de “política cultural” implica percebê-las como “[...] equivalentes de ‘máquinas de sonho’ – conjuntos de práticas sociais, textuais e visuais planejadas para provocar a produção de significados e desejos que podem afetar a ideia que as pessoas têm de suas futuras identidades e possibilidades” (Simon, 2018, p. 67). Nesse caso, reitera-se o pressuposto de que o espaço escolar serve como aparato de produção, legitimação e/ou deslegitimação das identidades.

Ainda que a sala de aula também seja um local das diferenças, não significa que essas diferenças sejam, de fato, respeitadas e valorizadas, pois as condições de ensino e os currículos adotados podem reforçar, ou não, as relações desiguais de gênero, bem como exercem forte influência nos discursos que definirão quais identidades serão legitimadas.

Vale enfatizar a proposição de que as identidades são construídas em um movimento contínuo, logo, são inconclusas (Hall, 2006). Daí a necessidade de serem desenvolvidas práticas pedagógicas que, entre outros aspectos, valorizem as diferenças, de modo a contribuir significativamente no processo de construção identitária das pessoas e no respeito à diversidade sexual. Tais práticas podem proporcionar visibilidade a grupos geralmente invisibilizados e a (res)significação dos estereótipos associados às pessoas dissidentes das normas sexuais e de gênero, já que a sala de aula se constitui como um considerável espaço de formação de pessoas.

Assim, destacamos, ainda no episódio 1, precisamente entre 9min33s e 9min48s, a cena em que Natasha caminha com a amiga pelos corredores da escola em direção à sala de aula. Neste momento, ela confidencia à amiga: “Eu tô aqui porque quero terminar meus estudos”. O desabafo da personagem assemelha-se ao desejo real de muitas pessoas travestis e transexuais que sonham em concluir seus estudos, cursar um curso superior e conquistar um emprego digno. York (2020, p. 16) enfatiza que as travestis enfrentam “[...]”

batalhas cotidianas que vão do direito a estudar até ao direito de não [serem] mortas, entre outros direitos notadamente ‘simples’ para cidadãos/ãs apreendidos sob gêneros inteligíveis”. Daí a importância de a escola e sujeitos/as que fazem parte da EJA reverem seus currículos e suas práticas, a fim de promover aprendizagens plurais, o respeito à diversidade sexual e contribuir significativamente para a formação cidadã das pessoas LGBTQIA+.

Em vários momentos, na sala de aula, a personagem “Natasha” se sentiu oprimida diante das falas e comentários que deslegitimavam a sua identidade de gênero. Contudo, ela não sucumbiu aos discursos transfóbicos e demarcou seu território, subvertendo em certa medida o poder dos/as colegas e evidenciando que, assim como todos/as, também tem direito à educação. Importa ressaltar que, a transgressão as normas da divisão binária de gênero, provocou em alguns/as colegas a repulsa, ódio e atitudes discriminatórias.

Importa enfatizar que a sala de aula é um espaço de poder que estrutura as relações entre os sujeitos, levando-os a uma disputa de quem tem mais força – poder aqui entendido como “[...] uma rede de relações onde todos os indivíduos estão envolvidos, como geradores ou receptores, dando vida e movimento a essas relações” (Foucault, 2004 *apud* Brígido, 2013, p. 56). Assim sendo, no caso da turma fictícia de *Segunda Chamada*, o poder estava com os/as estudantes heterossexuais, aqueles/as que atuavam como vigilantes da sexualidade da personagem Natasha, querendo disciplinar seu corpo e sua sexualidade dentro de uma perspectiva heteronormativa.

Considerações Finais

A partir da análise da primeira temporada da série televisiva *Segunda Chamada*, especificamente das cenas do primeiro episódio, e da relação estabelecida com as arguições dos/as teóricos/as sobre EJA e diversidade sexual, constatamos que os problemas enfrentados pela personagem travesti Natasha se assemelham à literatura sobre as experiências dos/as jovens, adultos/as e idosos/as LGBTQIA+ que fazem parte da EJA no Brasil.

Embora *Segunda Chamada* seja uma obra de ficção, aproxima-se da realidade de estudantes travestis e transexuais de nosso país. Esta afirmativa pode ser constatada, por exemplo, através dos jornais, dos noticiários televisivos e das pesquisas científicas que têm divulgado, com certa recorrência, a violência contra travestis e transexuais. Em vista disso, é essencial que a EJA seja desenvolvida considerando a diversidade sexual, as diferentes identidades de gênero e todas as dimensões da sexualidade, sendo, neste caso,

assegurada por uma prática pedagógica humanizada e inclusiva que garanta o acesso e a permanência de pessoas transexuais e travestis na escola.

Logo, faz-se necessário estimular um discurso na escola que não seja intimidador. Sendo assim, a ideia é construir narrativas educativas que contemplem as diferentes representações e/ou expressões da sexualidade humana, legitimando as variadas identidades. Ou seja, que nos levem a compreender que as subjetividades e identidades do ser humano não são realidades fixas e imutáveis, garantindo o direito à educação para todos/as, como rege a lei. Destarte, considerando as questões problematizadas em nosso estudo, reiteramos que a série televisiva *Segunda Chamada* constitui um artefato cultural cuja análise contribui para a significativa construção de conhecimentos no campo da educação.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary García; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas:** Por que frequentam. Brasília-DF: Flacso-Brasil, OEI, MEC, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. O banheiro como fuga do panóptico. In: ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola:** assujeitamento e resistência à ordem normativa. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 182- 212.
- ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens-adultos:** um campo de direitos e de responsabilidade pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s:** gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BRASIL. **Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>. Acesso em: 08 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 05 de out. 2021.
- BRÍGIDO, Edimar Inocêncio. Michel Foucault: Uma Análise do Poder. **Revista Direito Econômico Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013.

- CARVALHO, Maria Eulina de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e Diversidade Sexual: Um glossário**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2012.
- FURLANI, Jimena. Abordagens contemporâneas para a educação sexual. IN: FURLANI, Jimena (Org.). **Educação sexual na escola**: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis, UDESC, 2008, p. 18-42.
- GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga et al (Orgs). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro -11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- IPEA. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.
- JARDILINO, José Rubens Lima.; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **Educação de Jovens e Adultos**: sujeitos, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2014.
- MESQUITA, Irlanda Brandão. O uso dos banheiros sociais pelos transgêneros, transexuais e travestis. **Anais Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/AnaisDirH/article/view/4654>>. Acesso em: 07 out. 2021.
- PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 235-263.
- PORFÍRIO, Francisco. "Bullying". **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- SIMON, Roger I. A pedagogia como uma tecnologia cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018, p.61-82.
- YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação**: Des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/16716>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

Recebido em janeiro de 2024.

Aprovado em fevereiro de 2024.